



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **GRUPOS ESCOLARES: ESPAÇOS DE DIVULGAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO NOS MOLDES HIGIÊNICOS (PERNAMBUCO, 1911-1930)**

Adlene Silva Arantes

*Universidade de Pernambuco-UPE, Campus Mata Norte*

[Adlene.arantes@hotmail.com](mailto:Adlene.arantes@hotmail.com)

**Resumo:** Este texto, que é parte de uma pesquisa mais ampla, buscou compreender quais as orientações dos médicos para a promoção de uma educação higiênica nos grupos escolares no espaço pernambucano no período de 1911 a 1930. Para tanto analisamos documentos da instrução, relatórios de grupos escolares, legislação educacional e teses de medicina sobre higiene do período estudado. Nos baseamos teórica e metodologicamente na história Cultural, e em estudos relacionados à história da educação no Brasil. Percebemos que os grupos escolares pernambucanos foram criados tardiamente se comparados aos grupos de outros estados brasileiros. Para garantir o bom funcionamento nos referidos grupos uma serie de orientações higiênicas deveriam ser seguidas com o objetivo de garantir o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos alunos. Para higienizar a escola e, conseqüentemente, a sociedade era preciso que a educação e a medicina atuassem juntas no sentido de salvar a nação e a pátria brasileira que se queria sadia e regenerada.

**Palavras-chave:** Grupos escolares, higienismo, Pernambuco.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## Introdução

Foi no contexto do movimento de renovação historiográfica que a História da Educação brasileira passou também a debruçar-se sobre a problemática da escolarização e de como ela se institucionalizou. Entre essas temáticas emergem os grupos escolares e a cultura escolar presente nesses espaços educativos, que segundo estudiosos da área<sup>1</sup> foram responsáveis pela inserção de uma grande parcela da população no mundo dos saberes formalizados.

Tais instituições reuniram os esforços da elite brasileira na promulgação de um “ideal civilizatório, não raro eivado de referências cívicas e patrióticas” (VIDAL, 2006, p.10) que buscaram o fortalecimento da identidade nacional. Destaca ainda Vidal (2006, p. 10) que

No entanto, se os grupos escolares tiveram uma importância singular na construção simbólica da escola primária brasileira e na produção da história da infância no Brasil, não é certo dizer que sua influência foi única no período que se estendeu até os anos 1970. A essa *representação hegemônica* de ensino preliminar, nos anos 1920 associou-se outra: a Escola Nova. (Itálico no original).

Nesse contexto, as seguidas reformas da instrução pública que aconteceram em alguns estados na década de 1920 baseadas em ideais da Escola Nova<sup>2</sup>, constituíram solo fértil para a consolidação de uma nova forma de organização administrativa e pedagógica do ensino, de orientação laica, que, não negando as conquistas da escola graduada, apresentava outros contornos às práticas e aos saberes escolares. As reformas de ensino que aconteceram nesse período buscaram, também, estabelecer distinções sociais baseadas nos estudos de teorias raciais difundidas em nosso país.

Nesse contexto, o grupo escolar representou um novo modelo de organização escolar, caracterizado pela seriação com a divisão de alunos por classes, considerando-se a idade e os níveis de conhecimentos que se pretendia fossem homogêneos. Nesse sentido um dos fatores que interferiram na forma de organização dessas instituições foram as teorias higienistas difundidas por médicos há algum tempo, mas que ganharam ênfase no mesmo período de implantação dos grupos escolares. Os médicos defendiam que fossem respeitados os preceitos de higiene na construção e manutenção dos edifícios escolares “desde as instalações físicas, mobiliário, organização e seleção de métodos de ensino e material pedagógico, até a preservação da saúde do aluno e da comunidade escolar”. Tais prescrições influenciaram enormemente a organização do ensino, que pretendia abarcar desde suas metodologias e

<sup>1</sup> Como Souza, Faria Filho (2006), Vidal (2006), Pinheiro (2006), Souza (1998), entre outros.

<sup>2</sup> Sobre as reformas da instrução ocorridas no Brasil, consultar o trabalho de Carvalho (2000).  
(83) 3322.3222



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

conteúdos até a formação do docente, os espaços e tempos do ensino, e a relação com as crianças, as famílias e a cidade. Nas palavras de Faria Filho (2000, p. 37), por exemplo, os grupos escolares significaram “uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares”.

Diante do exposto, buscamos compreender quais as orientações dos médicos para a promoção de uma educação higiênica nos grupos escolares no espaço pernambucano no período de 1911 a 1930. Baseamo-nos teórica e metodologicamente na história Cultural, e em estudos relacionados à história da educação no Brasil. Para tanto analisamos documentos da instrução, relatórios de grupos escolares, legislação educacional e teses de medicina sobre higiene do período estudado

No processo de análise das fontes é preciso compreender o contexto de sua produção considerando de antemão que não se tratam de verdades absolutas e incontestáveis, ou seja, como afirma Le Goff (1990, p. 564), “não existe um documento-verdade. No limite todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo.” Por isso, ao lidar com os relatórios elaborados pelos governadores, pelos diretores da educação pública ou, ainda, os regulamentos e regimentos do ensino, por exemplo, deve-se considerar que todos têm sua origem em algum ato legal. Assim, como afirma Faria Filho (1998) significam a própria lei em sua dinâmica de realização e, portanto, de ordenação das relações socioculturais. Nesse último aspecto reside o fato de esses documentos serem utilizados como indicadores significativos para que as autoridades pudessem verificar se a lei estava sendo cumprida ou não.

A relevância da temática enfocada se justifica pela ausência de estudos que se debruçam sobre grupos escolares na realidade pernambucana e, sobretudo, sobre as práticas higiênicas presentes nesses espaços considerados de excelência para a educação republicana.

### **O processo de instalação e funcionamento dos grupos escolares em Pernambuco**

No espaço pernambucano foi a Lei 1140 de 11 de junho de 1911 que estabeleceu a criação dos grupos escolares (PERNAMBUCO, 1912a). No ano seguinte, isto é, em 1912, a educação foi reformada, resultando no Regulamento do Ensino Público do Estado de Pernambuco, que apontava como o ensino nos estabelecimentos de ensino deveria ser estruturado: “O ensino primário do estado seria gratuito e leigo, e ficaria a cargo de grupos escolares e de escolas elementares. Art. 22. Ficam creados desde já, dois grupos escolares de



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

seis classes, um para cada sexo<sup>3</sup> (...).” (PERNAMBUCO, 1912b, p. 20).

Mesmo com a lei 1140 determinando a criação de grupos escolares em 1911, as fontes com as quais trabalhamos nos informam que os decretos de criação dos primeiros grupos escolares datam de 1922. Para que estivessem de acordo com os padrões científicos da época era preciso seguir uma serie de orientações dos médicos higienistas para a construção do prédio escolar, tais orientações iam desde o tipo de tijolo utilizado para construção do prédio, a cor da parede, o tipo de papel para os cadernos e a arquitetura das escolas. A seguir abordaremos as características dos primeiros grupos escolares pernambucanos, o Martins Junior e o João Barbalho.

O primeiro foi criado pelo Ato nº 271, de 24 de Maio de 1922, na Torre, mais precisamente na Praça da Torre. O Grupo Escolar Martins Junior<sup>4</sup> inicialmente contava com 6 cadeiras, foi primeiramente dirigido pelo professor José Vicente Barbosa, e o corpo docente era formado por seis professores (PERNAMBUCO, 1923, p. 63). Segundo o inspetor escolar da 2.<sup>a</sup> circunscrição, prof. Deoclécio Cesar de Lima. M. D., em seu relatório apresentado a Anibal G. Fernandes Bruno, Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e Instrução Publica de Pernambuco, no ano de 1924, o ensino no Martins Junior era “transmitido de accôrdo com a nova orientação pedagógica, faltando-lhe porém parte do material didactico e algum mobiliário”. (PERNAMBUCO, 1924, p.138-139).

Em relação à estrutura física, este grupo dispunha de seis salões, um gabinete para o diretor, seis aparelhos sanitários, grandes quadros murais, instalação elétrica, pias, um pavilhão para jogos escolares, ginástica e recreio. Com essa estrutura este estabelecimento “Tornou-se um dos mais confortavaes do estado”. (PERNAMBUCO, 1924, p.138-139).

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que mantivemos a grafia original das fontes com as quais trabalhamos.

<sup>4</sup> José Izidoro de Martins Júnior nasceu no Recife em dia 24 de novembro de 1860, Foi jornalista, advogado, jurista, político, professor e poeta. Foi também colaborador de vários outros jornais e revistas recifenses. Defendeu, através do *Jornal do Recife*, a candidatura de Joaquim Nabuco para deputado por Pernambuco, pregando a abolição imediata da escravidão. (GASPAR, 2013, s.p.)  
(83) 3322.3222



Figura 1: Grupo Escolar Estadual Martins Junior, localizado no Bairro da Torre.



Recife — Grupo escolar estadual "Martins Junior"

Fonte: Pernambuco, 1923, s.p.

No relatório elaborado pelo diretor do Grupo Escolar Martins Junior, José Vicente Barbosa, também no ano de 1924, constam os melhoramentos materiais realizados para o bom funcionamento da escola. Segundo este relatório solicitou-se

Ao Secretario da Justiça e Instrução uma série de melhoramentos materiais que se faziam necessários para melhor regularizar o funcionamento das aulas, entre os quais destacava: limpeza geral do prédio; forro para duas salas de aula, afim de que os mestres fossem ouvidos melhor pelos alunos e estes por aqueles; adaptação de um gabinete para a diretoria, provida do respectivo mobiliário; colocação de pedras muraes nas salas de aula, bem como de pias para os alunos levarem as mãos; instalação de luz elétrica, além de reparos diversos no prédio. (PERNAMBUCO, 1924, p. 169).

Mesmo assim, dizia ele que eram boas as condições do prédio onde funcionava o referido Grupo Escolar, pois a administração do Estado na época não tinha poupado esforços para melhorar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, adaptando-os convenientemente, segundo as prescrições relativas à higiene escolar. Entretanto, dois melhoramentos ainda eram necessários: um pavilhão para exercícios de ginástica e um muro que limitasse o quintal do prédio, que era provido de uma cerca nativa, porém insuficiente e constituída de uma espécie de vegetal nocivo à vista. Provido de um muro, a área que servia para recreio dos alunos poderia ser arborizada, a fim de oferece-lhes mais conforto. A argumentação para a construção do muro era a melhoria de condições do recreio. Pois,

Todos nós sabemos a importancia do recreio onde a creança contrabalança o dispendio de energia gasta com o trabalho intelectual, encontrando, além de um repouso para o espirito fatigado, distrações com diversos jogos onde ella manifesta e revela as suas disposições e aptidões. (PERNAMBUCO, 1924, p. 169 - 170).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Nesse sentido, o diretor se reportava a Herbert Spencer, que se referia aos jogos infantis colocando-os como superiores à ginástica, afirmando que os exercícios espontâneos eram sempre os melhores, “pois os movimentos regulares naturalmente menos diversos do que os que resultam dos exercícios livres, não asseguravam uma repartição igual de atividades entre todas as partes do corpo”. (PERNAMBUCO, 1924, p.170).

Assim como os demais grupos escolares pernambucanos, o Martins Junior recebia com frequência visitas das autoridades educacionais, que além da inspeção dos aspectos físicos, higiênicos e pedagógicos, também recebeu “36 visitas feitas pelo médico escolar e as visitadoras do Departamento de Saude e Assistencia, que effectuaram o cadastro de Grupo e organizaram as fichas dos alumnos, serviços de grande valor pedagogico.” (PERNAMBUCO, 1924, p. 173).

No que se refere às visitas médicas especificamente, mencionava-se que a intervenção do médico na obra da educação era indispensável, não só sob o ponto de vista higiênico e profilático, mas ainda sob o ponto de vista educativo, ou seja, “sem o conhecimento científico da natureza physica e psychica da creança é falha a obra educativa.” (PERNAMBUCO, 1924, p. 173 - 174). Assim, era sabido que os múltiplos problemas que se relacionavam com o estudo científico da criança, não estavam todos resolvidos, porém, aplicando-lhes os processos científicos de observação e experimentação, seriam determinadas as bases de uma nova educação. Contudo, para que isso acontecesse era preciso que os professores tivessem conhecimentos dos estudos médicos e que cada criança possuísse uma caderneta escolar para que se registrassem as observações médicas, “afim de que por uma hygiene physico-psychica possa o mestre assegurar-lhe a evolução normal do corpo e do espírito”. (PERNAMBUCO, 1924, p. 174).

O segundo grupo escolar pernambucano a ser criado foi o João Barbalho<sup>5</sup> que funcionou inicialmente “numa dependência do Gymnasio Pernambucano, em local impróprio, fora de mão e nas proximidades da escola normal, (...) precisamente na parte posterior com entrada pela rua da União”, no Bairro da Boa Vista. (PERNAMBUCO, 1924, p. 178). Foi criado pelo Ato nº 324, de 2 de Junho de 1922, com 6 cadeiras. Helena Pugô foi a sua primeira diretora. (PERNAMBUCO, 1923, p. 62). “Apezar de contar com salões de proporções avantajadas, o Grupo achava-se mal collocado porquanto o era em localidade afastada do centro habitado e

<sup>5</sup>João Barbalho Uchoa Cavalcanti era natural de Serinhaem, interior de Pernambuco e nasceu em 13 de junho de 1846. Formou-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1867. Após exercer por algum tempo (1868 a 1872) a advocacia forense, foi nomeado Promotor Público do Recife e pouco tempo depois foi nomeado Curador-Geral de Órfãos. Sua carreira como Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de Pernambuco, foi iniciada em 1873, cargo exercido durante 16 anos. Como era comum em sua época circulou por diversos espaços de poder na província, ocupando lugares de mando. (BEZERRA, 2010).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

sem que pudesse contar com população escolar apreciável nas suas proximidades”. (PERNAMBUCO, 1924, p. 178).

A partir de 19 de outubro de 1923 o Grupo Escolar João Barbalho passou a funcionar no imponente prédio onde ficava o antigo Departamento de Saúde e Higiene. Ele foi completamente reformado e adaptado e após desapropriação por utilidade pública passou a abrigar “um estabelecimento de instrução primaria que honra a nossa cultura e o nosso progresso.” (PERNAMBUCO, 1923, p. 4). A seguir apresentamos uma imagem do prédio do referido estabelecimento.

Figura 2: Grupo Escolar Estadual João Barbalho, Bairro da Boa Vista - Recife.



*Recife — Grupo Escolar Estadual “João Barbalho”*

Fonte: Pernambuco, 1923, s.p.

Em poucos anos o Grupo Escolar João Barbalho conseguiu conquistar a confiança dos habitantes do Bairro da Boa Vista que passaram a considerá-lo um estabelecimento modelar. Assim, esse grupo escolar tornou-se o modelo de organização escolar no Estado de Pernambuco. Nele também passou a funcionar o Jardim de Infância Virgínia Loreto. (PERNAMBUCO, 1924). Observando a imagem acima percebemos a presença da passarela que ligava o prédio principal do João Barbalho ao jardim de infância Virgínia Loreto. Nele foi adotado “o novo methodo de pedagogia scientifica”, idealizado pela Doutora Maria Montessori.

A partir da realidade dos grupos aqui abordados é possível perceber que as orientações higiênicas estavam presentes desde a localização do prédio escolar e se propagavam pelo cotidiano, sobretudo nas inspeções escolares, momentos em que as crianças eram examinadas pelos médicos, enfermeiras e até dentistas com o intuito de garantir a saúde dos mesmos como veremos a seguir.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

### **Orientações higiênicas nos grupos escolares de Pernambuco**

Sabemos que baseados nos ideais higiênicos os médicos brasileiros buscavam transformar o Brasil numa nação civilizada e para isso precisavam resolver *o problema da degeneração social, moral, intelectual* que acreditavam existir e impedir o progresso tão necessário a dita civilização. Nesse sentido, Schwarcz, (1995, p. 198) afirma que a mestiçagem era compreendida como responsável pela produção de um tipo híbrido, inferior física e intelectualmente. Tomada como sinônimo de degeneração não só racial como social, era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade e, posteriormente, se definiram programas de melhoramento da raça. Ao saber médico atribuiu-se, progressivamente, o papel de tutorar e sanear a nacionalidade; para o cumprimento desta “missão”, os médicos assumiram uma postura na maioria das vezes marcadamente autoritária e violenta em suas intervenções. Segundo um dos lemas do período – “Prevenir, antes de curar” – os males deveriam ser erradicados antes mesmo de sua manifestação.

Para que a lei 1140 de 1911 fosse plenamente cumprida foi necessário realizar uma Reforma mais abrangente regulamentando e normatizando como deveriam se efetivar as novas práticas pedagógicas, especialmente aquelas relacionadas com a problemática do higienismo nas escolas pernambucanas. Assim, para além dos tradicionais funcionários que se ocupavam em controlar e inspecionar o funcionamento das escolas, tais como o inspetor geral, os inspetores escolares e os delegados de ensino, foi instituída em 1912 a atividade do médico escolar. As atividades e obrigações do médico escolar foram reiteradas na reforma que viria a ocorrer em 1926.

Esse profissional deveria ser um dos “*commisarios da Hygiene*” cuja tarefa era exercer a inspeção médica escolar. Era designado pelo Inspetor e deveria atuar na 4ª entrância, quer nos estabelecimentos públicos, quer nos particulares. Nas demais entrâncias o serviço de inspeção médica seria executado pelos comissários dos respectivos distritos. A esses médicos se incumbiu, além do serviço de vacinação e revacinação, enfim, de tudo mais que se referisse à higiene escolar. (PERNAMBUCO, 1912b, p.18-19).

O mestre precisava ser parceiro do médico no que concernia às inspeções higiênicas, apesar de também ser alvo dos processos de higienização presentes nas escolas. A parceria prevista no regulamento entre o médico e o professor nos reporta aos discursos de Carneiro Leão e de Ulysses Pernambucano, quando afirmavam que a pedagogia e a medicina deveriam caminhar juntas para o sucesso de uma educação higiênica.





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Além do médico, outro cargo criado em 1923 foi o de visitadoras. Trata-se de enfermeiras que deveriam prestar assistência à inspeção médico-escolar, cuja função seria zelar pela saúde dos escolares. Para essa atividade deveriam ser aproveitadas aquelas que já atuavam no Departamento de Saúde e Assistência e ficaram incumbidas de:

- a) trabalhar nas escolas ou fora dellas sob a orientação e direcção da inspecção medica;
- b) visitar as familias dos escolares visando, não só um conhecimento mais exacto da hereditariedade dos alumnos e os meios em que elles vivem, mas tambem aconselhar e guiar os paes na pratica dos bons habitos hygienicos. (PERNAMBUCO, 1928, p.11).

Além das medidas gerais de higiene que deveriam ser observadas na construção da casa escolar, era necessário observar rigorosamente as medidas de higiene destinadas particularmente à classe, isto é, à sala das aulas, pois era consenso unânime entre os autores que discutiam higiene na época, que as salas de aulas tivessem a forma retangular.

O número de alunos que aí tinham de reunir-se deveria ser estipulado e submeter-se sempre a um calculo, “a proporção entre os alunos, e a dimensão do recinto *onde vão ficar, e, para logo, se percebe as vantagens que advêm d'essas observações, no duplo ponto de vista hygienico e pedagogico.*” (JORGE, 1924, p. 26, Itálicos adicionados). As salas deveriam abrigar confortavelmente um grupo de 40 alunos<sup>6</sup> e deveriam ter 62m<sup>2</sup> para que cada aluno dispusesse de 1m e 25c e tenha uma cubagem de 5 metros. Os higienistas achavam que a cubagem não poderia ser menor que 6 metros. (MOSCOSO, 1930).

Entre a metodologia e as orientações que deveriam ser adotadas nas escolas no período em 1929 destacamos as seguintes passagens:

- (...) Ora, para conhecer a vocação dos alumnos, é necessário individualizar a educação até onde for compativel com o ensino colectivo. O melhor professor é o que conhece os seus alumnos. Para isso:
- (...) b) Fazer classes separadas para alumnos normaes, subnormaes (mentalmente debeis, atrazados, repetentes, faltadores) e super-normaes (muito inteligentes).
  - c) dividir as classes elementares em secção A, B, C, D, de modo que, as aptidões dos alumnos apresentem poucas divergencias em cada secção.
  - d) conhecer a physionomia interior de cada alumno, seu modo de ser caracteristico; estudar os typos mentaes: visuaes, auditivos, motores, imaginativos, repetidores, reflexivos, logicos, estheticos, egoistas, altruistas,

---

<sup>6</sup> Segundo os documentos por nós consultados havia um grande debate sobre o número ideal de alunos para cada sala de aula, os franceses admitiam 50, os americanos 40 para as classes inferiores e 50 para as demais classes. Já os alemães, belgas, suíços, italianos defendiam 40 por classe. Todavia, alguns higienistas no Brasil propunham a redução para apenas 30 alunos para cada sala de aula.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

euphoricos, bonachães, depressivos, voluntariosos, abulicos (...).  
(PERNAMBUCO, 1929, p. 5).

A separação dos alunos em normais, subnormais e supernormais, regulamentada pelo estado pernambucano nos indica a consonância dos ideais e preceitos higienistas que foram tão amplamente estudados e difundidos pelos intelectuais pernambucanos. Para tanto, a psicologia e a sociologia foram aliadas dos profissionais envolvidos com a educação, como foi o caso dos médicos escolares, das enfermeiras visitadoras e dos próprios professores para verificar o estado físico, mental e moral das crianças que frequentavam as escolas no período estudado.

### **Algumas considerações**

Vimos que os grupos escolares foram considerados como modelo de organização escolar republicano e foram tomados como palco para a difusão, experimentação e efetivação de práticas originárias do pensamento higienista que estava em processo de consolidação no Brasil. Assim, a medicina se utilizou de argumentos científicos que recobriam um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para o seu funcionamento.

Para higienizar a escola e conseqüentemente a sociedade era preciso que a educação e a medicina atuassem juntas no sentido de salvar a nação e a pátria brasileira que queriam sadia e regenerada.

Em Pernambuco a criação dos os primeiros grupos escolares, o Martins Junior e o João Barbalho, datam de 1922 apesar da existência de uma lei estabelecendo a criação desse tipo de estabelecimento escolar em 1911. Entre as orientações higiênicas para essas escolas vimos que não só os alunos deveriam ser examinados por médicos, enfermeiras e até dentistas mas as professoras também deveriam ser inspecionadas quanto a saúde. Para isso, chamamos a atenção para um documento importante, a caderneta escolar utilizada para o registro de todas as observações médicas das crianças que frequentavam os grupos escolares “afim de que por uma hygiene physico-psychica possa o mestre assegurar-lhe a evolução normal do corpo e do espírito”. (PERNAMBUCO, 1924, p. 174). Entre os maiores higienistas locais destacaram-se Ulysses Pernambucano, Carneiro Leão e Aníbal Bruno responsáveis pelas reformas que objetivavam resolver *o problema racial brasileiro*, propondo, entre outras coisas, a formação de turmas homogêneas.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## Referências

BEZERRA, Rozélia. **Higiene escolar em Pernambuco**: espaços de construção e os discursos elaborados. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2010.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 225 – 251.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Educação, modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte, BH: Autêntica, 1998, p. 90-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar urbana em Belo Horizonte na primeira república. Passo Findo, RS: UPF, 2000.

GASPAR, Lúcia. *Martins Júnior*. **Pesquisa Escolar Online**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em 25 nov. 2013.

JORGE, Aloysio da Silva Lima. **Higiene Escolar (cadeira de Higiene)**. (Tese apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia). Grau de doutor em Medicina. Bahia: Livraria e Typ do Comercio, 1924.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et all. São Paulo, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MOSCOSO, Dinorah Bittencourt. **A Higiene na escola** (cadeira de hygiene) These apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, defendida publicamente para obter o grau de doutora em Ciências Médico-cirúrgicas. Bahia, 1930.

PERNAMBUCO, Estado de. Lei 1140 de 11 de junho de 1911. **Leis do Estado de Pernambuco do ano de 1911**. Recife, Typ. do Diário de Pernambuco, 1912a.

PERNAMBUCO, Estado de. **Regulamento do Ensino Público Estadual de Pernambuco**. Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1912b.

PERNAMBUCO, Estado de. **Relatório** do Inspector escolar da segunda circunscrição, apresentado ao exmo. Dr. Anibal G Fernandes Bruno, M. D. Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e Instrução Pública de Pernambuco. Recife, 1924.

PERNAMBUCO, Estado de. Programas de ensino das escolas primárias. In: PERNAMBUCO, Estado de. Secreata de Estado dos Negócios da Justiça e da Instrução Pública. **Anuario do Ensino do Estado de Pernambuco**. anno de 1923. Officinas Graphicas da Petinenciaria do Recife, 1923.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

PERNAMBUCO. Estado de. **Organização da Educação no estado de Pernambuco (justificação, lei orgânica e comentários, opiniões de associações e da imprensa)**. Recife: Imprensa Oficial, 1928.

PERNAMBUCO, Estado de. Instrução Pública de Pernambuco. Diretoria técnica de educação. **Planos de aula de aritmética**. (números) pelo prof. José Ribeiro Escobar. Recife, PE: Imprensa Oficial, 1929.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados e Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Grupos escolares na Paraíba: iniciativas de modernização escolar (1916-1922). In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p.109-140.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006